



4678986



00135.209220/2024-57



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

**Ata da 330ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
(CONANDA)**

Datas: 9 e 10/10/2024

Brasília, na data da assinatura.

Nos dias nove e dez do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, no: SCS - Setor Comercial Sul - Quadra 09, Lote C, Torre A, Ed. Parque Cidade - Corporate, Sala Plenária – Brasília DF, foi realizada a Trecentésima Trigésima Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Estiveram presentes dia **09/10/2024**: Amanda Anderson de Souza (Ministério da Previdência Social); Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Antônio Roberto Silva Pasin (FEBRAEDA); Bruno Wrýpätwir Kanela (Ministério dos Povos Indígenas); Carlos Frederico dos Santos (União Escoteiros do Brasil); Dayse César Frango Bernardi (NECA); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Deila do Nascimento M. Cavalcanti (GAJOP); Edmundo Ribeiro Kroger (Central de Educação e Cultura Popular – CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Emily Karolyne Rodrigues Cabral (Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTOLOZZI); Jessica Raiany Santos Costa (Secretaria Nacional de Juventude); Leonéa Vitória Santiago (Ministério do Esporte); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Marcelo Aguiar Cerri (Ministério do Planejamento); Maria Gutenara Martins Araújo (Ministério dos Direitos Humanos/SNDCA); Marina de Pol Poniwas (CFP); Nara Denilse de Araújo (Ministério da Justiça e Segurança Pública); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa da Cultural LÊ ISÉ DÓSOGUIÃ); Sônia Ioyama Vênancio (Ministério da Saúde); Tatiana Augusto Furtado Gomes (Inspetoria São João Bosco – Salesiano); Maria Alejandra Ramirez Diaz (CPA/RR); Maria Gubert Kirschner (CPA/TO); Rayssa Rodrigues de Souza (CPA/GO). Convidados: Danielle Tuoto (COPEIJ/CNPG); Ricardo de Melo (FHDCA/OAB); Sara H. G. de Figueiredo (FLACSO); Nancy Torres (FLACSO); Maria Isabel da Silva (FLACSO); Carla Angelini; Paula Viana; Amanda Nunes (ANIS); Letícia Veda Vella (Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde); Ilana G. Ambrogi (ANIS); Daiana Sousa (UNB); Salete S. (FLACSO); Evelisne Kobbi (UNB); Kessia Daline (UNB); João Victor Buani (Assessor Parlamentar Érika Kokay); Saro Figueiredo (FLACSO). **No dia 10/10/2024** estiveram presentes: Amanda Anderson de Souza (Ministério da Previdência Social); Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Antônio Roberto Silva Pasin (FEBRAEDA); Bruno Wrýpätwir Kanela (Ministério dos Povos Indígenas); Carlos Frederico dos Santos (União Escoteiros do Brasil); Dayse César Frango Bernardi (NECA); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Débora Nogueira Besserra (Casa Civil da Presidência da República); Edmundo Ribeiro Kroger (Central de Educação e Cultura Popular – CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Eloi Gallon (CNBB); Emily Karolyne Rodrigues Cabral (Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTOLOZZI); Jessica Raiany Santos Costa (Secretaria Nacional de Juventude); Leonéa Vitória Santiago (Ministério

do Esporte); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Marcelo Aguiar Cerri (Ministério do Planejamento); Maria Gutenara Martins Araújo (Ministério dos Direitos Humanos/SNDCA); Nathalie Fragoso (Ministério da Justiça e Segurança Pública); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa da Cultura ILÉ ISÉ DÓSOGUIÃ); Tatiana Augusto Furtado Gomes (Inspetoria São João Bosco – Salesiano); Maria Alejandra Ramirez Diaz (CPA/RR); Maria Gubert Kirschner (CPA/TO). Convidados: Nancy Torres (FLACSO); Salete S. (FLACSO); Lucas A. C. Newiz (FLACSO); Ricardo de Melo (FHDCA/OAB); Alex Sandro da Silva; Thaisi; Rodrigo Azambuja (Gabinete Dep Fed. Erika Kakay); Danielle Tuoto (COPEIJ/CNPG); Maria Lúcia P. Leal (CEAM-UNB); Natalia Duarte (CEAM/UNB); Martha P. Scardua (UNB); Elizandro G. Marinho (UNB); Marcus Luisly; Mayara Souza (MDHC); Camila Antero (MNPCT). **Dia 09/10/2024 – Manhã** – Abertura da 330ª Assembleia Ordinária do Conanda: A Sra. Marina de Pol Poniwas iniciou a reunião com a apresentação da pauta dos nove e dez de outubro de dois mil e vinte e quatro: Abertura da 330ª Assembleia do Conanda; A) Chamada dos conselheiros e participantes da reunião para autodescrição e Leitura da Ordem do dia; B) Aprovação da Ata da 329ª Assembleia Ordinária do Conanda; C) Informes da Secretaria Executiva do Conanda; D) Relatoria do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA/Conanda; E) Relatoria da Comissão de Mobilização e Formação – CMF; F) Intervalo para o almoço; G) Relatoria da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP. Convidadas: Paula Viana Grupo Curumim (Campanha “Criança não é mãe”); H) Relatoria da Comissão de Orçamento e Finanças –COF; I) Relatoria do GT de Proteção, Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes em Situação de Orfandade; J) Encerramento do primeiro dia da 330ª Assembleia Ordinária do Conanda. 2. Continuação da 330ª Assembleia do Conanda; A) Chamada dos conselheiros e participantes da reunião para autodescrição; B) Leitura da Ordem do dia; C) Relatoria da Comissão de Políticas Públicas – CPP; D) Apresentação da Pesquisa Grupo Violes/SER/UnB; E) Apreciação das Resoluções sobre Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais. Convidados(as): Maria Lúcia Pinto Leal- Coordenadora do OPOInfâncias. Coordenadora do Grupo Violes/SER/UnB. Professor Assis da Costa Oliveira, Núcleo de Estudos da Infância e da Juventude (UNB); F) Intervalo para o almoço; G) Relatoria do Grupo Temático SINASE; H) Apresentação da Carta de João Pessoa – II Reunião Técnica do FONACRIAD. Proposta de Resolução do SINASE. Convidados(as): Roberto Bassan Peixoto – Presidente do FONACRIAD; I) Encaminhamentos; J) Encerramento da 330ª Assembleia Ordinária do Conanda. Continuamente, a Sra. Leonéa Vitória Santiago relatou o trabalho realizado no estado com a consultoria da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO. Explicou que a UNESCO promoveu uma formação sobre a importância do Comitê de Participação de Adolescentes, CPA, em 133 municípios, o que resultou em um grande avanço. Como resultado dessa formação, 136 adolescentes se inscreveram para a nova gestão do CPA. Sra. Leonéa Vitória Santiago destacou, no entanto, o desafio de selecionar um adolescente e dois suplentes entre os 136 inscritos. a adolescente . Maria Alejandra Ramirez Diaz compartilhou sua experiência com a organização dos CPAs nos municípios do estado, destacando que, na gestão anterior, apenas cinco municípios haviam sido contemplados, enquanto sua gestão conseguiu alcançar 15 municípios. Também mencionou as dificuldades logísticas, como a falta de apoio financeiro para as viagens, mas ressaltou a importância da mobilização e das reuniões com as associações indígenas do estado, que aceitaram o CPA e disponibilizaram adolescentes para participar do processo. Sra. Débora de Carvalho Vigevani fez um relato positivo sobre a organização e condução do evento, mencionando a metodologia utilizada pela FLASCO, que dividiu as atividades em dois dias: um para evento aberto e outro para discussões mais focadas. Sra. Débora de Carvalho Vigevani também mencionou a dificuldade de envolver municípios distantes das capitais, o que pode limitar a participação de algumas regiões. A discussão seguiu com a preocupação em relação ao prazo apertado até o dia 18 de novembro para a escolha dos novos membros do CPA. Muitos estados ainda não haviam definido suas atividades, o que gerou a sugestão de prorrogação do prazo. A Secretaria Executiva foi orientada a ficar atenta às solicitações de prorrogação, a fim de garantir que o processo acontecesse de forma adequada. Por fim, a assembleia entrou em regime de votação, e os conselheiros concordaram com a inserção da pauta sobre a

prorrogação do prazo e a organização do encontro presencial em dezembro, que será realizado para a posse dos novos membros do CPA. Sra. Maria Isabel da Silva iniciou a discussão destacando as preocupações em relação ao futuro do CPA, especialmente sobre o orçamento necessário para garantir a continuidade das atividades em 2025. Explicou que os recursos alocados atualmente são suficientes apenas até dezembro de 2024, o que levanta a questão da viabilidade dos encontros presenciais do CPA, essenciais para a participação dos adolescentes. **Maria Isabel da Silva sugeriu que, caso não seja possível garantir recursos adicionais, os encontros precisariam ser adaptados para o formato virtual, o que comprometeria a qualidade das interações e da experiência dos adolescentes. Outro ponto abordado por Sra. Maria Isabel da Silva foi a transição da gestão do CPA, que está em processo de seleção. Comentou que os recursos disponíveis permitem organizar um encontro presencial apenas com os adolescentes da gestão atual. Se os novos membros forem incluídos, os custos aumentariam consideravelmente. Como solução, Sra. Maria Isabel da Silva propôs a inclusão dos encontros do CPA no projeto do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, coordenado pelo Sr. Professor Humberto. Isso poderia garantir os recursos necessários para realizar um encontro presencial, com uma pauta relacionada ao Plano Decenal. Sugeriram-se que uma parte desse valor pudesse ser redirecionada para cobrir os custos do encontro do CPA, garantindo assim a continuidade do comitê e atendendo à demanda dos adolescentes por um encontro presencial. Destacaram-se a urgência da questão, pois o tempo é um fator crítico para que o encontro possa ser organizado ainda em 2024. A reunião com o Sr. Professor Humberto foi então agendada para discutir a possibilidade de incluir o CPA no escopo do plano e garantir o encontro presencial. Além disso, a mesa diretora discutiu a importância de acelerar o processo burocrático para garantir que o encontro do CPA aconteça a tempo, já que o mês de outubro estava chegando ao fim e os preparativos para um evento nacional exigem um planejamento antecipado. Caso os recursos não sejam suficientes, o CONANDA precisaria definir como proceder com a gestão do CPA em 2024. Em relação à indicação dos adolescentes para o CPA, foi proposta uma extensão do prazo de 30 dias, já que alguns estados ainda não haviam indicado seus representantes. Sra. Maria Isabel da Silva mencionou que, em seu estado, o Conselho Estadual da Bahia estava paralisado devido aos compromissos dos conselheiros com as eleições, o que dificultou a indicação dentro do prazo original. O conselheiro de São Paulo também informou que o estado estava organizando um evento preparatório antes da conferência e começando a mobilizar os adolescentes. A decisão foi de aumentar o prazo em 30 dias, permitindo que mais estados cumprissem a tarefa de indicar seus representantes. A mesa diretora também discutiu a possibilidade de emitir uma recomendação ou uma nota sobre a prorrogação do prazo e as ações do CPA. A ideia era avaliar se a comissão estava autorizada a tomar essa decisão. Além disso, a mesa discutiu o aumento da participação dos conselhos estaduais e a necessidade de fortalecer a articulação entre o CONANDA e os conselhos estaduais, especialmente na questão da gestão do CPA e na participação de adolescentes nos processos locais. Em outra parte da reunião, foi levantada a questão dos jogos de azar em plataformas digitais, com a conselheira Sra. Amanda Anderson de Souza destacando a importância de combater a proliferação de anúncios desses jogos em aplicativos como o Candy Crush. Sugeriu que o CONANDA tomasse uma posição mais firme sobre o tema. A educadora Sra. Rayssa Rodrigues de Souza também trouxe à tona a necessidade de garantir uma educação sexual nas escolas para proteger as crianças e adolescentes de abusos e violências, enfatizando a importância de incluir esse tema nas resoluções do CONANDA. Sr. Edmundo Ribeiro Kroger também levantou preocupações sobre a relação do CONANDA com os conselhos municipais e estaduais. Observou que muitos desses conselhos, especialmente os municipais, estavam muito atrelados ao poder executivo local, o que comprometia sua independência e a efetiva participação da sociedade civil na construção das políticas públicas para crianças e adolescentes. Sugeriu que o CONANDA intensificasse o acompanhamento dos conselhos**

estaduais e municipais para garantir que cumprissem seu papel de forma mais eficaz. Sra. Maria Alejandra Ramirez Diaz completou a discussão, mencionando que a articulação entre os conselhos estaduais e as secretarias de desenvolvimento social poderia ser um caminho para garantir maior mobilização e participação de adolescentes em eventos e atividades do CPA. Compartilhou sua experiência em Goiás, onde essa articulação tem permitido maior acesso e presença de adolescentes em eventos relacionados aos direitos da criança e do adolescente. Por fim, a reunião abordou a questão da parentalidade positiva e os desafios de educar os pais para uma abordagem mais responsável e afetuosa com seus filhos. Foi discutida a preocupação com a proliferação de cursos de parentalidade que, muitas vezes, são inadequados ou usados como uma forma de controle social, principalmente em territórios de maior vulnerabilidade. A psicóloga presente alertou sobre os riscos de simplificar a parentalidade em categorias binárias de "positiva" e "negativa", destacando a necessidade de uma abordagem mais cuidadosa e contextualizada. Ao final, a mesa diretora concordou em aprofundar as discussões e tomar decisões sobre as resoluções nas próximas reuniões, com a perspectiva de fortalecer o papel do CONANDA e dos conselhos estaduais e municipais na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Dia 09/10/2024 – Tarde: Na Assembleia Ordinária do CONANDA, os participantes discutiram a violência sexual contra crianças e adolescentes, com ênfase no abuso sexual intrafamiliar e nas dificuldades enfrentadas pelas vítimas. A Sra. Rayssa Rodrigues de Souza falou sobre a escassez de psicólogos nas unidades de saúde, especialmente em municípios pequenos e distantes. Destacou que, mesmo quando há profissionais disponíveis, estes estão sobrecarregados e não conseguem atender à alta demanda, o que compromete a qualidade do apoio psicológico oferecido às vítimas de violência sexual. A Sra. Rayssa Rodrigues de Souza também mencionou a resistência de alguns profissionais, como assistentes sociais, em reconhecer a importância desse apoio psicológico adequado. A Sra. Ana Claudia Cifali, por sua vez, abordou a necessidade de uma formação mais sólida para os conselheiros tutelares, a fim de garantir que esses profissionais estejam preparados para lidar com casos graves de violência sexual. Citou um caso no Pará, onde um conselheiro tutelar tentou impedir que uma criança com deficiência tivesse acesso à interrupção da gravidez após ser vítima de violência sexual, o que gerou preocupação sobre a influência de visões religiosas nas decisões dentro do Conselho Tutelar. A questão do aborto legal também foi discutida, e um caso específico foi mencionado: a ADPF-1441, que suspendeu uma resolução do Conselho Federal de Medicina, CFM, que dificultava a realização do aborto legal em casos de violência sexual. Esse episódio ilustrou a resistência do CFM, que tem perseguido profissionais de saúde que realizam abortos legais. Alguns participantes enfatizaram que muitos médicos e profissionais de saúde têm receio de realizar o procedimento devido a possíveis sanções e processos administrativos. Além disso, foi destacado o papel do sistema de justiça, especialmente no que diz respeito ao depoimento especial das crianças vítimas de violência sexual. Ficou claro que a justiça, muitas vezes, falha em implementar adequadamente essa medida e que é necessário capacitar magistrados e profissionais da área jurídica para que lidem com esses casos de forma mais sensível e eficiente. A falta de recursos e de profissionais qualificados para garantir os direitos das vítimas foi apontada como uma das principais barreiras enfrentadas. O direito à privacidade das crianças também foi amplamente discutido. Foi lembrado que a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, garantem esse direito, especialmente no contexto de aborto legal e atendimento médico. No entanto, muitas vezes esse direito é violado, o que impede que crianças, em situações de abuso, recebam o apoio necessário de forma confidencial e sem o risco de que seus agressores estejam presentes durante os atendimentos. A Sra. Rayssa Rodrigues de Souza iniciou destacando as dificuldades de implementar soluções para o atendimento psicológico em municípios pequenos e distantes, especialmente no estado de Oeste, que possui mais de 200 municípios. Ressaltou

a sobrecarga dos psicólogos, que não conseguem atender adequadamente todos os casos devido à falta de recursos e apoio, e a resistência a soluções como o trabalho de assistentes sociais. Expressou sua preocupação com o atual cenário de precariedade dos serviços de apoio. A Sra. Ana Claudia Cifali acrescentou que a violência institucional, especialmente no caso do assédio e da exposição das crianças a abusos, muitas vezes ocorre devido à negligência ou até à cumplicidade de profissionais externos que compartilham informações sensíveis, prejudicando a privacidade e a segurança das crianças. Destacou a necessidade de um sistema jurídico mais sensível e preventivo, especialmente no tratamento de vítimas de violência sexual. A Sra. Ana Claudia Cifali citou um caso envolvendo um conselheiro tutelar que agiu inadequadamente em uma situação de violência sexual contra uma criança com deficiência, ressaltando a importância da formação e da atuação ética dos conselheiros. A Sra. Letícia Veda Vella mencionou a recente decisão do ministro Alexandre de Moraes, que suspendeu a resolução do Conselho Federal de Medicina, CFM, sobre a interrupção de gravidez, sinalizando uma perseguição a médicos que realizam abortos legais. Isso tem gerado um clima de medo e insegurança entre os profissionais de saúde. A Sra. Letícia Veda Vella também falou sobre a necessidade de medidas preventivas no sistema judiciário, com maior capacitação dos magistrados para lidar com casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. A Sra. Dayse César Frango Bernardi complementou a fala da Sra. Letícia Veda Vella, trazendo à tona a falta de implementação adequada do depoimento especial, uma ferramenta legal essencial para evitar a revitimização de crianças e adolescentes durante os processos judiciais. Lamentou a falta de profissionais preparados e de recursos para garantir a efetividade dessas medidas. A Sra. Sônia Isoyama Vênancio falou sobre o direito à privacidade das crianças e adolescentes, especialmente em situações de abuso e gravidez. Destacou que, pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, as crianças têm direito de serem atendidas sem a presença dos pais, principalmente quando há risco de revitimização. Também criticou a falta de compreensão sobre o consentimento e a privacidade das crianças em casos de aborto legal. O Sr. Lacerda sugeriu que uma forma de garantir a disseminação das políticas públicas seria a criação de uma carta ao Conselho Nacional de Saúde, com o objetivo de reforçar as diretrizes e garantir a implementação das políticas de saúde para adolescentes, especialmente no que se refere à educação sexual e ao atendimento adequado. A Sra. Amanda Anderson de Souza destacou a importância da formação dos conselheiros tutelares, pois são eles que frequentemente realizam o primeiro atendimento às vítimas de violência. Alertou para a necessidade de uma preparação mais robusta desses profissionais para que possam lidar com os casos de forma ética e eficaz. A Sra. Nara Denilse de Araújo mencionou que o CNJ está revisitando suas parcerias com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, MDHC, com foco na Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Falou sobre a elaboração de um decreto para instituir uma Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que está sendo discutido pela comissão. A Sra. Maria Gubert Kirschner finalizou destacando a importância da educação sexual e do acesso a informações de saúde para adolescentes, especialmente sobre os direitos relacionados ao aborto legal. Criticou a retrocessão nas políticas públicas de saúde, especialmente no que se refere à distribuição de materiais educativos, e anunciou que a caderneta digital de saúde do adolescente será reintroduzida, com foco na garantia de privacidade e no atendimento adequado sem a presença de familiares. Dia 10/10/2024 – Manhã: A reunião se iniciou com as apresentações dos representantes de diversas organizações da sociedade civil. Após as apresentações, o Sr. Fred destacou a importância da presença constante dos conselheiros governamentais, especialmente em momentos como o atual, onde a discussão sobre as políticas públicas estava em andamento. Também comentou sobre o formato das oficinas que seriam realizadas, detalhando a divisão de atividades entre apresentações e debates

sobre os diferentes eixos das ações programáticas. As oficinas seriam realizadas nos dias 11, 18, 25 de novembro e 2 de dezembro, sempre das 14h às 18h, de forma online. O objetivo era dar visibilidade às discussões e permitir uma participação mais qualificada dos envolvidos. O Sr. Bruno Wrýpätwir Kanela explicou o atraso em sua chegada devido ao trabalho com desintrusão em terras indígenas. Também compartilhou detalhes sobre as oficinas que seriam realizadas, com foco na discussão de ações programáticas nos diferentes eixos de política pública relacionados à infância e juventude indígenas. As oficinas permitiriam que os participantes pudessem discutir essas ações e trazer contribuições mais detalhadas para a consulta pública. A Sra. Maria Lúcia P. Leal fez uma intervenção detalhada sobre o trabalho realizado pelo grupo. Falou sobre a importância de se discutir a infância indígena a partir da perspectiva dos próprios povos originários, destacando o apagamento dessas populações nas políticas públicas e a necessidade de um maior protagonismo indígena nas decisões que afetam suas infâncias. Ressaltou que o estudo feito pelo OPOInfâncias propôs a criação de um programa piloto que envolvesse a participação de pesquisadores indígenas e profissionais de diferentes áreas do conhecimento, além de uma articulação entre universidades e movimentos indígenas. A Sra. Maria Lúcia P. Leal também discutiu a importância de uma verdadeira articulação entre os ministérios e a sociedade, ressaltando que as políticas públicas só serão eficazes se houver integração e colaboração entre os diferentes setores. Enfatizou a urgência de se tomar ações concretas diante das violências e das dificuldades que as populações indígenas enfrentam, como a fome, a falta de acesso a saúde e educação, e a violência histórica que afeta essas comunidades. O Sr. Renato César Ribeiro Bomfim, por sua vez, abordou a importância da articulação entre os diferentes setores, destacando que a pesquisa do OPOInfâncias não deveria ser centralizada em um único grupo, mas sim tratada de forma horizontal, com a participação de todos. Falou sobre a necessidade de uma abordagem decolonial nas políticas públicas, com respeito aos saberes tradicionais dos povos indígenas e a importância de se trabalhar de forma integrada com outras populações marginalizadas, como os quilombolas. Sublinhou que a desarticulação entre os diferentes órgãos do Estado e a falta de uma metodologia integrada são desafios que precisam ser superados. Ao final da sessão, a Presidente Marina De Pol Poniwas fez um reconhecimento ao trabalho realizado pela equipe de pesquisadores, parabenizando-os pela pesquisa e destacando sua relevância para a elaboração de futuras propostas e resoluções do conselho. Reafirmou o compromisso de recomendar à próxima gestão do Conanda que continue apoiando o trabalho do OPOInfâncias, dada a sua importância para a população indígena e a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e eficazes. Durante a reunião, a Sra. Débora Nogueira Besserra iniciou sua fala destacando a luta por igualdade de direitos, enfatizando o direito à participação e à escuta das populações tradicionais. Ressaltou a importância do contraditório, da disposição democrática e da liberdade de expressão. Também fez uma crítica aos grupos que, embora não concordem com os povos originários, deveriam respeitá-los ao menos ouvindo suas demandas. A Sra. Débora Nogueira Besserra falou sobre as dificuldades ainda enfrentadas e lembrou que a pesquisa dos povos originários evidenciou as enormes dívidas de reparação do país com esses grupos. O Professor Assis da Costa Oliveira fez uma breve contextualização sobre as resoluções que estavam sendo discutidas. Explicou que uma das resoluções trata do sistema de garantia de direitos, enquanto a outra está relacionada ao artigo 17 da Lei nº 9.603, de 2018. Também mencionou que, a pedido da presidente, seria feita a leitura e votação das resoluções, e após isso, ele faria seus agradecimentos finais. O Professor Assis da Costa Oliveira então descreveu o processo que levou à elaboração das resoluções. Falou sobre o grupo de trabalho formado em 2002, que culminou na Resolução 128 do CONANDA, que abordava o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes de povos originários e comunidades tradicionais. Esse grupo de trabalho, coordenado pela Sra. Dayse César Frango Bernardi, contou com a participação de diversas entidades e

resultou em um relatório final que apontava a necessidade de ampliar as discussões sobre atendimento intercultural, incluindo a consulta livre e informada. Assis explicou que, desde abril daquele ano, um novo grupo de especialistas foi formado para discutir esses temas, incluindo a consulta e a escuta protetiva. Esse grupo apresentou uma minuta das resoluções e iniciou um diálogo com o CONANDA, com reuniões e ofícios trocados entre junho e setembro. Também detalhou o processo de consulta pública, que recebeu contribuições de diferentes órgãos e entidades, incluindo a Fundação Nacional do Índio, FUNAI, o Ministério Público, entre outros. Após esse processo, as resoluções foram aprimoradas e estavam prontas para serem apresentadas em sua versão final. A Sra. Débora Nogueira Besserra fez um destaque importante sobre a importância das resoluções, ressaltando a participação das comunidades afetadas e a necessidade de garantir a aplicação dos direitos de consulta, consentimento e boas práticas no atendimento às crianças e adolescentes dessas comunidades. A reunião seguiu com a leitura e votação das resoluções, que foram aprovadas por unanimidade. Dia 10/10/2024 – Tarde: O Sr. Roberto Bassan Peixoto iniciou sua fala agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância da colaboração entre os gestores do sistema socioeducativo. Convidou formalmente os conselheiros do Conanda a participarem da próxima reunião técnica do FONAGRAD, que ocorrerá em Cuiabá. A pauta dessa reunião abordará questões urgentes, como o financiamento do sistema socioeducativo e a influência das organizações criminosas no atendimento socioeducativo, tema que tem causado grande preocupação. O Sr. Roberto Bassan Peixoto também destacou a necessidade de um olhar mais atento por parte do Conanda em relação à precariedade do financiamento e aos desafios enfrentados pelos gestores estaduais para garantir a execução das políticas. A Sra. Martha P. Scardua fez uma intervenção ressaltando os desafios que o MDS tem enfrentado nos últimos anos, principalmente com a redução do orçamento para os serviços de assistência social. Explicou que, apesar dos esforços do MDS para recompor os recursos, ainda há muitas dificuldades para ampliar os serviços, especialmente no que diz respeito ao atendimento socioeducativo em meio aberto, que ainda não possui cobertura nacional adequada. Também apontou a importância de buscar mobilização política para garantir avanços orçamentários nas próximas propostas de orçamento. O Sr. Ricardo Mendes parabenizou os avanços realizados nas resoluções do sistema socioeducativo, especialmente no que diz respeito às comunidades indígenas e povos tradicionais. Também destacou a necessidade urgente de resolver questões relacionadas ao financiamento do sistema socioeducativo e sugeriu que fosse realizado um diagnóstico para identificar quanto custa o atendimento socioeducativo em cada estado, como uma medida imediata a ser tomada. A Sra. Maria de Jesus, conselheira suplente do MDS, também se manifestou sobre o financiamento do sistema socioeducativo. Apontou a diminuição progressiva do orçamento entre 2016 e 2022 e mencionou que, embora o MDS esteja fazendo esforços para recompor os recursos, ainda há muitos desafios. Destacou a relevância do tema e a relação estreita que existe entre as medidas socioeducativas em meio fechado e em meio aberto, enfatizando a necessidade de ampliar os serviços de socioeducação. O Sr. Daniel Fernandes sugeriu que o Conanda considerasse também o cofinanciamento estadual para os serviços de socioeducação em meio aberto, além do cofinanciamento federal. Pediu que essa questão fosse incluída na pauta de discussão, a fim de garantir uma abordagem mais ampla e eficaz sobre o financiamento do sistema. A Presidente Marina De Pol Poniwas reforçou a importância de o Fórum Nacional dos Gestores do Sistema Socioeducativo estar próximo do Conanda e destacou que os gestores sempre serão bem-vindos às discussões sobre o sistema socioeducativo. Também sugeriu que a Comissão Permanente de Orçamento, COF, do Conanda se debruçasse sobre a solicitação do Fórum, em relação ao financiamento do sistema. O Sr. Roberto Bassan Peixoto concluiu sua fala fazendo um apelo pela cooperação entre os gestores estaduais e o Conanda. Lamentou que, muitas vezes, os gestores sejam vistos como violadores de

direitos, quando, na verdade, estão lutando para garantir os direitos humanos e a proteção dos adolescentes em medida socioeducativa. No debate sobre o funcionamento e a segurança das unidades socioeducativas, a Sra. Maria de Jesus comentou sobre as diretrizes para garantir um registro adequado das ocorrências e o gerenciamento das crises. No Artigo 57, foi discutido que os livros de ocorrências devem conter informações mínimas sobre a equipe de plantão, como identificação dos adolescentes, detalhes das ocorrências, medidas adotadas, movimentações nos espaços de convivência, problemas estruturais e intervenções externas, como a atuação da polícia militar. Também foi destacado que a assinatura legível do responsável pela equipe deve ser registrada. A Sra. Maria de Jesus também enfatizou, no Artigo 58, que os registros institucionais devem estar acessíveis para monitoramento pelos órgãos de fiscalização, conforme a Lei nº 8.429/1992. Observou que o não cumprimento dessas diretrizes pode acarretar responsabilidades administrativa e judicial. A Sra. Maria de Jesus também discutiu a gestão e o gerenciamento de crises nas unidades no Artigo 59, destacando que, em situações de tumultos, fugas, conflitos ou mortes, deve haver comunicação imediata com o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e outros órgãos competentes. No Artigo 60, foi discutida a adoção de sistemas de videomonitoramento nas unidades, com o objetivo de evitar violações de direitos humanos, mas respeitando a privacidade dos indivíduos. Explicou que a proposta foi construída com a participação do Fórum Nacional dos Gestores e Gestoras Estaduais do Sistema Socioeducativo, e com a contribuição de profissionais da socioeducação e conselheiros tutelares. Em relação ao Artigo 61, a Sra. Maria de Jesus comentou sobre a necessidade de estabelecer protocolos operacionais para a resolução pacífica dos conflitos, com o uso de técnicas de mediação e negociação, sempre respeitando os direitos dos adolescentes e jovens. A Presidente Marina De Pol Poniwas, por sua vez, enfatizou a importância do treinamento periódico das equipes socioeducativas, conforme o Artigo 62, para a utilização de técnicas de comunicação não violenta, prevenção de conflitos e proteção dos direitos humanos. No Artigo 63, a Sra. Maria de Jesus reforçou que as respostas às crises devem ser pautadas pelo respeito à dignidade humana, sendo vedada qualquer forma de repressão violenta, tortura ou tratamento cruel. A Presidente Marina De Pol Poniwas sugeriu, no Artigo 64, que o uso da força seja considerado apenas em situações excepcionais e como último recurso, garantindo que a intervenção seja proporcional e necessária. Também destacou que, em situações de crise, o atendimento psicológico deve ser garantido a todos os envolvidos, conforme o Artigo 71, e um relatório detalhado deve ser elaborado após qualquer incidente, conforme o Artigo 72, para analisar as ações e melhorias nos protocolos de crise. O Sr. Fred sugeriu, no Artigo 64, que fosse feita uma revisão nos termos utilizados, principalmente no que diz respeito à segurança nas unidades. Propôs a utilização da expressão "equipe socioeducativa", em vez de "equipe de segurança", para englobar todos os profissionais envolvidos na gestão do ambiente socioeducativo. Esse ponto foi discutido por outros participantes, como a Sra. Martha P. Scardua, que sugeriu, no Artigo 73, que as soluções restaurativas fossem priorizadas nas comissões de avaliação e disciplina, garantindo que os processos sejam conduzidos com a participação dos adolescentes e jovens, bem como seus defensores. A Sra. Débora de Carvalho Vigevani, no Artigo 54, levantou uma dúvida sobre a comunicação entre os estabelecimentos e os corpos de bombeiros locais. Observou que o corpo de bombeiros já realiza a fiscalização e que, portanto, não seria responsabilidade dos estabelecimentos manter essa comunicação constante. Questionou a forma como essa obrigação estava sendo abordada na resolução. Por fim, a Sra. Maria de Jesus sugeriu que a definição de "equipe socioeducativa" fosse utilizada para englobar todos os profissionais que atuam nas unidades, considerando a diversidade de funções, incluindo os profissionais de segurança. O Sr. Fred e a Presidente Marina De Pol Poniwas concordaram com a proposta, enfatizando que essa terminologia seria mais adequada, pois garantiria maior coerência e evitaria

confusões sobre as responsabilidades de cada grupo profissional. A Presidente Marina De Pol Poniwas também destacou que a resolução é fruto de um trabalho conjunto, que contou com a escuta dos gestores e dos conselheiros tutelares, sempre com o objetivo de melhorar as condições de funcionamento e a segurança nas unidades socioeducativas. A mesa diretora, por fim, propôs que a discussão fosse continuada em uma plenária extraordinária, caso fosse necessário, para garantir que todos os pontos fossem debatidos com a atenção devida.

Presidente Marina De Pol Poniwas
Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA



Documento assinado eletronicamente por **Marina de Pol Poniwas**, **Usuário Externo**, em 17/12/2024, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4678986** e o código CRC **DC8CB1D4**.

Referência: Processo nº 00135.209220/2024-57

SEI nº 4437849